

AVISO CSMP Nº 054/2026
Recife, 18 de março de 2026

De ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO, Presidente do Conselho Superior, comunicamos aos Excelentíssimos Senhores Membros: Dr^a. MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA - Corregedora-Geral, Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA, Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA, Dr^a. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS, Dr^a. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO, Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS, Dr^a. LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA, Dr. EDSON JOSÉ GUERRA, e à Presidente da Associação do Ministério Público - AMPPE, a realização da 12ª Sessão Virtual Ordinária/2026, no período de 30 de março a 01 de abril de 2026. Lembramos, ainda, que a relação dos processos deve ser encaminhada com antecedência mínima de 03 (três) dias do início da referida sessão, ou seja, até a quarta-feira, dia 25/03/2026, e que os votos deverão ser inseridos na pasta "Sessão Virtual" até um dia antes do início da sessão (dia 27/03/2026).

Recife, 18 de março de 2026.

Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
Promotora de Justiça
Secretária do CSMP

AVISO CSMP Nº 01ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - CSMP
Recife, 18 de março de 2026

EXTRATO DA ATA DA 01ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 11 de Março de 2026

Horário: 14h

Local: Salão dos Órgãos Colegiados, localizado na Rua do Imperador D. Pedro II, 511 - térreo - Edifício Procuradora de Justiça Helena Caúla Reis, nesta cidade.

Disponível em: <https://www.youtube.com/@mppeavivo2692/streams>

Presidência: Dr. RENATO DA SILVA FILHO – Subprocurador-Geral em Assuntos Institucionais

Conselheiros Presentes: Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA - Corregedora-Geral Substituto, Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA, Dr^a. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS (remotamente), Dr^a. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO, Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS (remotamente), Dr^a. LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA

Representante da AMPPE: Dra. Henriqueta de Belli Leite de Albuquerque

Secretário (a): Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

Consustanciada em ata eletrônica e gravada em áudio (Formato Vídeo/MP3). Dando início aos trabalhos, o Presidente em exercício cumprimentou todos os presentes e solicitou à Secretária desse prosseguimento com a verificação do quórum regimental. Com a correspondente constituição do quórum regimental, registrada a ausência justificada do Dr. Edson José Guerra, foi passada a palavra ao Presidente em exercício, que declarou aberta a sessão e começou a tratar dos assuntos previstos em pauta: I – Comunicações da Presidência: o Presidente em exercício solicitou o fechamento temporário da sessão para uma comunicação de rotina interna. Após a reabertura da sessão, comunicou a futura publicação do edital nº 01/2026 para a formação da lista tríplice referente ao cargo de promotor de justiça de Fernando de Noronha. II – Comunicações dos Conselheiros e da Presidência da AMPPE: Dr. Charles Hamilton justificou a ausência da Dra. Ivana Botelho, que se encontrava em Brasília para reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais. Na sequência, a Dra. Henriqueta de Belli, representante da AMPPE, convidou as presentes para a comemoração do Dia Internacional da Mulher no Recife Antigo. Por sua vez, o Dr. Aguinaldo Fenelon comunicou a retirada de pauta do procedimento nº

02053.002.493/2025. Em seguida, celebrou o tombamento da Igreja de São Lourenço em Tejucupapo (Goiana) como patrimônio histórico nacional pelo IPHAN. Ato contínuo, o Dr. Marco Aurélio corroborou a importância histórica do ato para Pernambuco, destacando o papel histórico das mulheres na Batalha de Tejucupapo. Ao final da sessão, a Dra. Giani Maria do Monte propôs um voto de aplauso pelos aniversários das cidades de Recife e Olinda, bem como do Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Paulo Cavalcanti, proposta aprovada por unanimidade. III – Aprovação da Ata da 05ª Sessão Ordinária/2026: Colocado em apreciação o(s) extrato(s) da(s) ata(s) da(s) 05ª Sessão Ordinária, realizada(s) em 04/03/2026, foi aberta a discussão. O Presidente em exercício, então, submeteu o(s) extrato(s) da(s) ata(s) da 05ª Sessão Ordinária(s) do CSMP/2026 à discussão e votação, tendo sido aprovada(s) à unanimidade dos votantes. IV – Processos apreciados na 08ª Sessão Virtual/2026: o Presidente em exercício registrou, de acordo com § 5º do art. 35 do Regimento Interno do CSMP, que decorreu o prazo de julgamento, sem oposição dos Conselheiros ou interessados, dos processos da 08ª Sessão Virtual, realizada no período de 02 a 05 de março de 2026, cuja relação foi publicada no Diário Oficial do dia 27/02/2026. Colocada em votação, o Colegiado, por unanimidade, aprovou a homologação dos votos da referida sessão virtual (Anexo I). V – Informações constantes da pauta (Anexo I): V.I – Instaurações de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Preparatórios: 01784.000.124/2025, 01917.000.525/2025, 01709.000.030/2025, 01709.000.077/2025, 01784.000.048/2025, 01709.000.017/2025, 01709.000.072/2025, 01709.000.109/2025, 01784.000.050/2025, 01789.000.084/2025, 02144.000.714/2024, 02233.000.009/2026, 02782.000.899/2025, 01543.000.006/2023, 02144.000.904/2024, 02140.000.371/2025, 01709.000.106/2025, 01709.000.111/2025, 01709.000.097/2025, 02159.000.170/2026, 02291.000.385/2025, 02308.000.467/2025, 01783.000.427/2025, 01784.000.140/2025, 02291.000.353/2023, 02308.000.480/2025, 02246.000.248/2025, 02246.000.255/2025, 02412.000.400/2025, 01891.000.573/2026, 02412.000.398/2025, 02308.000.488/2025, 02782.000.437/2024, 01917.000.479/2025, 02430.000.007/2026, 02412.000.317/2025, 02412.000.343/2025, 02412.000.241/2025, 01789.000.134/2024, 01998.000.835/2025, 02782.000.063/2025, 01709.000.046/2025, 01709.000.033/2025, 02141.000.837/2025, 01891.000.599/2026, 01643.000.546/2025, 02291.000.102/2025, 01891.000.831/2026, 02141.000.949/2025, 01891.000.822/2026, 02141.000.899/2025, 02141.001.104/2025, 01917.000.489/2025, 02748.000.581/2024, 01927.000.615/2025, 02326.000.174/2025, 02007.001.050/202, 01891.000.797/2026, 01891.000.819/2026, 01891.000.828/2026, 01891.000.879/2026, 01891.004.203/2025, 02243.000.793/2025, 01709.000.053/2024, 01876.000.754/2025, 01884.001.265/2024, 01876.000.486/2025, 01891.001.784/2025, 01998.000.860/2025, 01876.000.453/2025, 01876.000.753/2025, 02143.000.078/2025, 01891.003.079/2025, 02243.000.074/2025, 02144.000.172/2025, 02144.000.235/2025, 02144.000.307/2025, 02014.001.880/2025, 02014.001.911/2025, 02014.002.020/2025, 01789.000.134/2024, 02144.000.213/2025, 02014.001.962/2025, 02014.002.033/2025, 01917.000.505/2025, 01876.000.818/2025, 02014.002.032/2025, 02231.000.200/2026, 02014.002.025/2025, 02014.001.773/2024, 02014.001.938/2025, 02243.000.422/2025, 02014.001.938/2025, 02243.000.422/2025, 01998.001.827/2023, 01783.000.441/2025, 01867.001.007/2025, 01839.000.088/2025, 01867.001.001/2025, 01624.000.001/2026, 01867.000.980/2025, 01664.000.064/2023, 02035.000.122/2026, 02035.000.122/2026. V.II – Conversão de PP's em IC's: 02009.000.125/2025, 01657.000.129/2025, 01876.000.403/2024, 01871.000.232/2024, 02243.000.221/2025; V.III – Prorrogação de Prazo: 02261.000.070/2023, 01979.000.134/2025, 01848.000.046/2024, 02475.000.036/2025, 01920.000.383/2023, 02243.000.221/2025, 02291.000.045/2023, 02291.000.235/2023, 02207.000.032

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Carlos Alberto Pereira Vitorio
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho



Ministério Público de Pernambuco
Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: imprensa@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

/2026, 01979.000.135/2025, 01920.000.217/2023, 02061.003.677/2024; V.IV – Recomendação: 02252.000.082/2026, 01607.000.006/2026, 01891.003.028/2025; V.V – Diversos: 02748.000.581/2024. VI – Julgamento do SIM 02061.001.214/2025 – Relatora: LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA: ausente o(a) recorrente na sessão, embora devidamente notificado, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório e o seu voto pelo conhecimento e pelo desprovemento do recurso, fundamentando que a falha foi pontual, sem nexos causal com o óbito do paciente (agravado por patologia de base) e que a estrutura de backup do hospital funcionou. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). VII – Julgamento do SIM 02142.000.153/2025 – Relatora: LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA: garantido o sigilo legal, em sessão fechada e presente o(a) recorrente na sessão, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório. A parte interessada fez uso da palavra pelo prazo de 10 minutos, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovemento do recurso, determinando-se a remessa de cópia integral dos autos ao MPT/PE. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). VIII – Julgamento do SIM 01998.002.154/2025 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS: presente o(a) advogado do recorrente na sessão, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório. O representante da parte interessada fez uso da palavra pelo prazo de 10 minutos, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovemento do recurso, citando a constitucionalidade da cláusula de barreira (Tema 376/STF) e a existência de ação popular sobre o tema. O Dr. Marco Aurélio divergiu parcialmente quanto à fundamentação, restringindo-a ao Tema 376/STF para evitar duplicidade. O Relator acolheu a ponderação. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). IX – Julgamento do SIM 02053.002.400/2025 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS: presente o(a) recorrente na sessão, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório. A parte interessada fez uso da palavra pelo prazo de 10 minutos, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovemento do recurso, argumentando tratar-se de conflito de direito civil privado, sem interesse público primário. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). X – Julgamento do SIM 02053.002.493/2025 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS: retirado de pauta a pedido do relator. XI – Julgamento do SIM 02475.000.388/2025 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS: presente o(a) recorrente na sessão, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório. A parte interessada fez uso da palavra pelo prazo de 10 minutos, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovemento do recurso, uma vez que os municípios comprovaram a adoção de medidas e planos de expansão para o ensino integral, tornando o TAC desnecessário no momento. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). XII – Julgamento do SIM 01787.000.436/2025 – Relatora: Dra. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO: presente o(a) recorrente na sessão, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório. A parte interessada fez uso da palavra pelo prazo de 10 minutos, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovemento do recurso, afirmando que a conduta é atípica sob a nova Lei de Improbidade (ausência de dolo específico e dano ao erário). A Dra. Lucila Varejão, por sua vez, acrescentou que o fato não se enquadra nos incisos do Art. 11 da LIA. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a): O Presidente em exercício, então, agradeceu a todos e declarou encerrada a sessão.

PORTARIA SUBADM Nº 332/2026**Recife, 17 de março de 2026**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça contida na Portaria PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025 e publicada no Diário Oficial do Ministério Público de 29/01/2025;

Considerando o teor do Requerimento Eletrônico nº 522855/2026;

Considerando a anuência da chefia imediata;

Considerando, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor JORGE ALEXANDRE SALVADOR DE ALCÂNTARA, Técnico Ministerial - Informática, matrícula nº 187.754-2, lotado no Departamento Ministerial de Licitações e Procedimentos Auxiliares, por um prazo de 30 dias, contados a partir de 01/04/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 17 de março de 2026.

Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA SUBADM Nº 333/2026**Recife, 18 de março de 2026**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, contida na POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025, publicada no Diário Oficial do Estado de 29/01/2025;

Considerando o constante do inciso I da Portaria POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025 publicada em 29/01/2025;

Considerando a promulgação da Lei nº 17.333/2021, de 30/06/2021, que alterou dispositivos da Lei nº 12.956/2005 e Lei nº 15.996/2017;

Considerando a publicação da Resolução nº 157/2017, de 31/01/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentou o teletrabalho no âmbito do Ministério Público Brasileiro;

Considerando a publicação da Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição da República e a possibilidade de imprimir maior produtividade às atividades do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando a inclusão no programa de teletrabalho do MPPE, através da POR-SUBADM nº 847/2025, publicada no DOE em 15/07/2025, na modalidade parcial;

Considerando a solicitação de prorrogação para desenvolver as atividades em teletrabalho;

Considerando a anuência da chefia imediata no processo SEI nº 19.20.0526.0029638/2024-15 para continuidade das atividades em teletrabalho;

Considerando, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO

Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:

Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE

Frederico José Santos de Oliveira

COORDENADORA DE GABINETE

Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA

Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

(Presidente)

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

Aguiinaldo Fenelon de Barros

Giani Maria do Monte Santos

Edson José Guerra

Carlos Alberto Pereira Vitório

Liliane da Fonsêca Lima Rocha

Charles Hamilton dos Santos Lima

Lucila Varejão Dias Martins



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: imprensa@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

RESOLVE:

I – Prorrogar o período de atividades em teletrabalho da servidora Júlia Gabriela Ferreira Silva, Assessora de Membro, matrícula 190.502-3, lotada na 4ª Promotoria de Justiça de Igarassu, na modalidade parcial de 03(três) dias, no período de 01/03/2026 a 31/07/2026;

II - A servidora em teletrabalho deverá observar o plano de trabalho e cronograma de entregas da unidade auxiliada na realização das atividades, conforme Resolução RES-PGJ nº 10/2022 de 18/05/2022;

III – A servidora deverá encaminhar mensalmente, até o 5º dia útil de cada mês à Divisão Ministerial de Gestão do Teletrabalho, relatório de atividades/entregas após avaliação e inclusão de termo de monitoramento por parte do gestor da unidade auxiliada de acordo com o formulário disponibilizado;

IV – Independentemente da modalidade adotada a servidora em teletrabalho deverá comparecer à sua unidade de trabalho para participar de reuniões, treinamentos ou outras convocações pertinentes, sempre que previamente convocada;

V – A servidora deverá submeter-se ao acompanhamento e monitoramento da unidade auxiliada 4ª Promotoria de Justiça de Igarassu, bem como da unidade de lotação no que se refere às atividades diárias.

VI – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo os efeitos a 01/03/2026 até 31/07/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 18 de março de 2026.

Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Considerando, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I – Autorizar o servidor Geraldo de Sá Carneiro Neto, Analista Ministerial – Área Jurídica, matrícula 189.700-4, lotado na 8ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital a desenvolver suas atividades em teletrabalho na modalidade integral no período de 20/03/2026 a 28/02/2027;

II – O servidor em teletrabalho deverá observar o plano de trabalho e cronograma de entregas da unidade auxiliada na realização das atividades, conforme Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022.

III – O servidor deverá encaminhar mensalmente à Divisão Ministerial de Gestão do Teletrabalho, relatório de atividades/entregas, após avaliação e inclusão de termo de monitoramento por parte do gestor da unidade auxiliada, de acordo com o formulário disponibilizado;

IV – Independentemente da modalidade adotada, o servidor em teletrabalho deverá comparecer à sua unidade de trabalho, para participar de reuniões, treinamentos ou outras convocações pertinentes, sempre que previamente convocada;

V – O servidor deverá submeter-se ao acompanhamento e monitoramento da unidade auxiliada 8ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, bem como da unidade de lotação no que se refere às atividades diárias.

VI – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos até 28/02/2027.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 18 de março de 2026.

Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA SUBADM Nº 334/2026

Recife, 18 de março de 2026

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, contida na POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025, publicada no Diário Oficial do Estado de 29/01/2025;

Considerando o constante do inciso I da Portaria POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025 publicada em 29/01/2025;

Considerando a promulgação da Lei nº 17.333/2021, de 30/06/2021, que alterou dispositivos da Lei nº 12.956/2005 e Lei nº 15.996/2017;

Considerando a publicação da Resolução nº 157/2017, de 31/01/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentou o teletrabalho no âmbito do Ministério Público Brasileiro;

Considerando a publicação da Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição da República e a possibilidade de imprimir maior produtividade às atividades do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o atendimento ao interesse público e as vantagens advindas do teletrabalho para a Administração, para o servidor e para a sociedade;

PORTARIA SUBADM Nº 335/2026

Recife, 18 de março de 2026

O SUBPROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, contida na POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025, publicada no Diário Oficial do Estado de 29/01/2025;

Considerando o constante do inciso I da Portaria POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025, publicada em 29/01/2025;

Considerando a promulgação da Lei nº 17.333/2021, de 30/06/2021, que alterou dispositivos da Lei nº 12.956/2005 e Lei nº 15.996/2017;

Considerando a publicação da Resolução nº 157/2017, de 31/01/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentou o teletrabalho no âmbito do Ministério Público Brasileiro;

Considerando a publicação da Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022, que regulamenta o Teletrabalho no âmbito do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição da República e a possibilidade de imprimir maior produtividade às atividades do MPPE;

Considerando a inclusão no programa de teletrabalho do MPPE, através da POR-SUBADM nº 494/2025, publicada no DOE em

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho (Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fanelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Carlos Alberto Pereira Vitorio
Liliane da Fossêca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: imprensa@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Ata da 01ª Sessão Extraordinária CSMP – 11.03.2026

ANEXO I**Processos da 08ª Sessão Virtual homologados pelo CSMP/2026**

Processos da Corregedoria	
Nº	Conselheiro (a): Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS
1.	SEI Nº 19.20.0588.0020097/2025-27, 4º relatório trimestral, relatando e votando pela sua aprovação.

Nº	Conselheiro (a): Drª. LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA
1.	SEI Nº 19.20.2221.0018235/2025-04, correição, 3º Promotoria de Justiça Criminal de Paulista, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
2.	SEI Nº 19.20.2221.0012096/2025-81, correição, 53º Promotoria de Justiça Criminal da Capital, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
3.	SEI Nº 19.20.2221.0018228/2025-96, correição, 1º Promotoria de Justiça Criminal de Paulista, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
4.	SEI Nº 19.20.0397.0020596/2025-89, 4º relatório trimestral, relatando e votando pela sua aprovação.
5.	SEI Nº 19.20.0397.0012948/2025-72, 3º relatório trimestral, relatando e votando pela sua aprovação.

Processos Diversos	
Nº	Conselheiro (a): Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRACUNHAÉM Procedimento nº 01722.000.031/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Tracunhaém Objeto: Apurar supostas irregularidades em contratos de locação de veículos.
2.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO ALFREDO Procedimento nº 01675.000.088/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Prefeitura Municipal de João Alfredo Objeto: Apurar suposto descumprimento da carga horária mínima obrigatória de 200 dias letivos e 800 horas no ano de 2023 na rede municipal de ensino.
3.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA MARIA DA BOA VISTA Procedimento nº 01706.000.071/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Santa Maria da Boa Vista Objeto: Apurar irregularidades nas contratações temporárias efetuadas pelo Município de Santa Maria da Boa Vista.
4.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TABIRA Procedimento nº 01715.000.055/2024 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Tabira Objeto: Apurar possíveis irregularidades em nomeações para os cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE),

	decorrentes do Processo Seletivo regido pelo Edital no 001/2016.
5.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO ALFREDO Procedimento nº 01675.000.187/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de João Alfredo Objeto: Apurar suposta improbidade administrativa decorrente da contratação direta e sem o devido procedimento licitatório de advogado para representação judicial do município.
6.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01871.000.010/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Caruaru Objeto: Apurar possível violação aos princípios administrativos e ato de improbidade administrativa em razão da suposta não convocação de candidatas aprovadas em Seleção Simplificada, sob a alegação de inexistência de vagas.
7.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.122/2025 — Inquérito Civil Interessado(s): Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE Objeto: Apurar suposta irregularidade consistente na demora para autorização de transferência de usuária para clínica de reabilitação na rede credenciada do SASSEPE.
8.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01920.000.362/2025 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Município de Olinda Objeto: Apurar a legalidade da divulgação integral do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de candidatos nomeados em concurso público no Diário Oficial dos Municípios, sob o prisma da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
9.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERNANDO DE NORONHA Procedimento nº 02049.001.214/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Distrito de Fernando de Noronha Objeto: Apurar suposta situação de vulnerabilidade vivenciada por adolescente.
10.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA Procedimento nº 01979.000.819/2024 — Inquérito Civil Interessado(s): Escola Centro Educacional Equipe e Adriana Patrícia Ferreira de Oliveira Silva Objeto: Apurar possíveis irregularidades no funcionamento da unidade de ensino, especificamente quanto à ausência de alvarás e licenças necessários ao exercício da atividade educacional.
11.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02140.000.796/2025 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco Objeto: Apurar suposta irregularidade no fornecimento do medicamento Brometo de Tiotrópio Monoidratado + Cloridrato de Olodaterol 2,5 mcg.
12.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARCOVERDE Procedimento nº 02286.000.022/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Arcoverde Objeto: Apurar suposta prática de nepotismo no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Arcoverde.
13.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GAMELEIRA Procedimento nº 02782.000.496/2024 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Gameleira/PE Objeto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa e irregularidades na contratação direta, via inexigibilidade de licitação (Processo nº 004/2015), de escritório de advocacia para recuperação de verbas do FUNDEB/FUNDEF.

14.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LOURENÇO DA MATA Procedimento nº 02199.000.047/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de São Lourenço da Mata Objeto: Apurar irregularidades urbanísticas e ambientais na implantação do Loteamento Grande Recife, com foco na prestação de serviços urbanísticos e na observância da legislação de parcelamento do solo.
-----	--

Nº	Conselheiro (a): Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE Procedimento nº 01711.000.035/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de São José da Coroa Grande, Maria de Jesus dos Santos Silva. Objeto: apurar a ocupação irregular de domínio público na Rodovia PE-060, altura do km 65.70.
2.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA Procedimento nº 02302.000.094/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano de Ipojuca - SEMAC, Malia Beach Experience, Makia Beach Experience Objeto: investigar a ocorrência de danos ambientais decorrentes de aterro irregular em área de mangue, supostamente praticados durante a construção do empreendimento imobiliário denominado “Malia Beach Experience”, localizado em Muro Alto, Ipojuca/PE.
3.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERNANDO DE NORONHA Procedimento nº 02420.000.191/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Manoel Ernesto da Silva Filho, Administração Geral da Autarquia do Distrito Estadual de Fernando de Noronha Objeto: apurar notícia de precariedade do transporte público ofertado na Ilha e a falta de manutenção dos veículos
4.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01879.000.650/2025 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Junior Net Objeto: apurar notícia de suposta prática ilegal e abuso de poder econômico envolvendo a empresa Junior Net
5.	35ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.001.231/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Georgge Gomes Oliveira, Rogerio mendes da silva Objeto: investigar o desabamento do teto do Santuário Morro da Conceição, localizado na Rua Morro da Conceição, nº 534, Morro da Conceição, Recife/PE
6.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02140.000.471/2025 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Milena Vitória de Oliveira Sena Objeto: apurar possíveis irregularidades na marcação de consultas com neuropediatra, fisioterapia e terapia ocupacional, em favor de usuária criança com 11 meses.

Nº	Conselheiro (a): Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS
1.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01923.000.189/2025 — Inquérito Civil Interessado/a (s): 3ª Promotoria de Justiça da Defesa da Cidadania de Olinda Objeto: Apurar supressão irregular de vegetação nativa, degradação ambiental e danos ao patrimônio histórico-cultural no imóvel da antiga Fundação Casa da Criança, no Sítio Histórico de Olinda.

2.	<p>6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES</p> <p>Procedimento nº 02144.000.134/2022 — Inquérito Civil</p> <p>Interessado/a (s): Secretaria Municipal de Educação de Jaboatão dos Guararapes.</p> <p>Objeto: Apurar possível ausência de transporte escolar público adaptado para pessoas com deficiência (PCD) e vulnerabilidade educacional.</p>
3.	<p>1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MORENO</p> <p>Procedimento nº 02266.000.079/2025 — Inquérito Civil</p> <p>Interessado/a (s): Escola Municipal Baltazar Moreno (Município de Moreno/PE).</p> <p>Objeto: Apurar supostas irregularidades administrativas, estruturais e sanitárias, incluindo encerramento precoce de turno, ausência de direção e precariedade das instalações.</p>
4.	<p>2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE</p> <p>Procedimento nº 02412.000.635/2024 — Procedimento Preparatório</p> <p>Interessado/a (s): Francinaldo Alves dos Santos; Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe.</p> <p>Objeto: Apurar possível acúmulo ilegal de cargos públicos.</p>
5.	<p>6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES</p> <p>Procedimento nº 02144.000.360/2024 — Inquérito Civil</p> <p>Interessado/a (s): Sabrina Lima de Menezes; Secretaria Municipal de Educação de Jaboatão dos Guararapes.</p> <p>Objeto: Apurar irregularidades na Escola Professora Nazete Vieira de Lima, incluindo falta de professores, carência de livros didáticos e precariedade na infraestrutura física.</p>
6.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI</p> <p>Procedimento nº 01698.000.004/2021 — Inquérito Civil</p> <p>Interessado/a (s): Dayse Juliana dos Santos (Prefeita do Município de Primavera)</p> <p>Objeto: Apurar suposta prática de nepotismo na Prefeitura Municipal de Primavera/PE, envolvendo cargos de primeiro escalão e na Secretaria de Educação.</p>
7.	<p>3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA</p> <p>Procedimento nº 01877.001.163/2025 — Procedimento Preparatório</p> <p>Interessado/a (s): Francisco Sobrinho da Silva</p> <p>Objeto: Apurar extração irregular de argila.</p>
8.	<p>27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL</p> <p>Procedimento nº 01998.000.616/2024 — Inquérito Civil</p> <p>Interessado/a (s): Fabrícia Jóiisse Vitorino Carvalho; Universidade de Pernambuco (UPE); Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco (SAD)</p> <p>Objeto: Apurar suposta preterição de candidatos aprovados no Concurso Público para Professor Universitário da UPE, regido pela Portaria Conjunta SAD/UPE nº 066/2022.</p>
9.	<p>6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA</p> <p>Procedimento nº 01975.000.480/2023 — Inquérito Civil</p> <p>Interessado/a (s): Paróquia Nossa Senhora das Dores; Luiz André Raposo Barbosa – Secretário SEMMA; Evaldo Antônio Silveira Júnior – Superintendência de Controle Urbano.</p> <p>Objeto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental em área verde pública localizada na Avenida Presidente João Goulart, s/n, por trás do cemitério Morada da Paz, no Município do Paulista/PE.</p>
10.	<p>2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE PALMARES</p> <p>Procedimento nº 02304.000.021/2025 — Inquérito Civil</p> <p>Interessado/a (s): Município de Joaquim Nabuco.</p> <p>Objeto: Apurar suposta preterição na ordem de classificação de concurso promovido</p>

	pelo Município de Joaquim Nabuco.
11.	29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01891.001.500/2023 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE). Objeto: Apurar irregularidades na oferta da alimentação escolar na EREF Professora Olindina Alves Semente.
12.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARNAÍBA Procedimento nº 01650.000.042/2025 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Carnaíba/PE. Objeto: Apurar irregularidade na composição do CMDCA, especificamente a participação de conselheiros tutelares, no exercício da função, como representantes da sociedade civil organizada.
13.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE GARANHUNS Procedimento nº 02090.000.206/2025 — Procedimento Preparatório Interessado/a (s): Ruber Ivo Neto; Município de Garanhuns Objeto: Apurar supostas irregularidades administrativas na destinação de animais para imóvel público, cedido de forma irregular, para a entidade privada “CASAPET Garanhuns”.
14.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESCADA Procedimento nº 02331.000.004/2024 — Procedimento Preparatório Interessado/a (s): 63ª Circunscrição Policial – Delegacia de Polícia de Escada/PE. Objeto: Controle externo da atividade policial.
15.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARIPINA Procedimento nº 02040.000.073/2025 — Procedimento Preparatório Interessado/a (s): Rodovip Eireli; Prefeitura Municipal de Araripina. Objeto: Apurar supostas irregularidades no processo licitatório e na execução do serviço de transporte escolar no Município de Araripina.
16.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM CONSELHO Procedimento nº 01780.000.146/2025 — Procedimento Preparatório Interessado/a (s): Conselho Tutelar de Terezinha Objeto: Apurar conflitos familiares narrados em relatório do Conselho Tutelar da Cidade de Terezinha.
17.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO Procedimento nº 02347.000.124/2021 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Elias Alves de Lira (Ex-Gestor Municipal), Maria José de Lira e outros agentes públicos. Objeto: Apuração de possíveis irregularidades apontadas pelo TCE-PE na Prestação de Contas do Município de Vitória de Santo Antão, exercício financeiro de 2013.
18.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARPINA Procedimento nº 02207.000.191/2025 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Diretora e Vice-diretor da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Joaquim Olavo; empresa NET VIP TELECOM LTDA. Objeto: Apuração de suposto superfaturamento em contrato de prestação de serviços de internet para a unidade escolar mencionada.
19.	36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01923.000.460/2022 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Concessionária Nova Mobi Pernambuco; Consórcio de Transportes Metropolitanos (CTM). Objeto: Apurar notícia de deterioração estrutural, falta de manutenção e tráfego irregular de veículos particulares no Terminal Integrado PE-15 (TI PE-15).
20.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA ELEITORAL DA 30ª ZE – GRAVATÁ

<p>Procedimento nº 02583.000.003/2023 — Procedimento Preparatório Interessado/a (s): Pedro Henrique da Silva Objeto: Apurar a existência de indícios de ilícito penal eleitoral, art. 289 do Código Eleitoral, devido à existência de dois requerimentos de inscrições eleitorais em nome do investigado.</p>

Nº	Conselheiro (a): Drª. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO
1.	<p>36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02010.000.043/2023 — Inquérito Civil Interessados: Consórcio Grande Recife e SDS/PE Objeto: supostas falhas na fiscalização e monitoramento da prática de “surf nos ônibus” no sistema de transporte metropolitano.</p>
2.	<p>4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARCOVERDE Procedimento nº 02291.000.262/2022 — Inquérito Civil Interessados: Município de Arcoverde e Secretaria de Saúde Objeto: possível falta de EPIs e contratações sem concurso para Agente de Combate às Endemias (ACE).</p>
3.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento nº 01536.000.074/2025 — Inquérito Civil Interessados: Município de Amaraji Objeto: possível carência de profissionais especializados na rede de ensino irregularidades nas contratações.</p>
4.	<p>17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.041/2025 — Procedimento Preparatório Interessados: Unimed Recife e Itanajar Alves Correia Lins Objeto: suposta exigência indevida de “carta de negociação” para autorização de procedimentos cardiológicos.</p>
5.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGOA GRANDE Procedimento nº 01872.000.189/2024 — Inquérito Civil Interessados: Luanderson Damião, Município de Lagoa Grande e Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro (IDIB) Objeto: possíveis irregularidades no Concurso Público da Prefeitura de Lagoa Grande (Edital n.º 01/2024).</p>
6.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VENTUROSA Procedimento nº 01726.000.126/2023 — Inquérito Civil Interessados: Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, Dejair Valério da Silva, Paulo Sérgio Bispo da Silva, Erik Siqueira da Silva, Étis Valério da Silva Objeto: apurar suposto lançamento irregular de esgoto in natura no Rio dos Bois e na Barragem de Ingazeira, em Venturosa.</p>
7.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALOÁ Procedimento nº 01703.000.104/2024 — Inquérito Civil Interessados: Comunidade Rural do Sítio Guaribas e Município de Saloá Objeto: apurar possíveis irregularidades na captação de água na nascente do Riacho Guaribas.</p>
8.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALOÁ Procedimento nº 01703.000.102/2024 — Inquérito Civil Interessados: Loteamento Porto Seguro e Jailson Areia dos Santos Objeto: apurar possíveis irregularidades urbanísticas e ambientais no Município de Saloá/PE.</p>
9.	<p>19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.992/2024 — Inquérito Civil Interessados: Bradesco Saúde S/A e Juliana Barbosa de Oliveira Objeto: apurar irregularidades relativas à negativa de autorização</p>

10.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.006/2024 — Inquérito Civil Interessados: Real Hospital Português e Karla Fernanda Silva Santana Objeto: apurar suposta irregularidade na ausência de disponibilização de leitos de Semi-UTI ou apartamento para transferência de paciente internado em UTI.
-----	--

Nº	Conselheiro (a): Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS
1.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.757/2024 — Inquérito Civil Interessados: Face Fitnes (Jaitan Soares dos Santos) Objeto: apurar indícios de venda ilegal de suplementos.
2.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PASSIRA Procedimento nº 01692.000.140/2021 — Inquérito Civil Interessados: Município de Passira Objeto: apurar supostas irregularidades no pagamento do subsídio do então Vice-Prefeito do Município de Passira, referente à competência de dezembro de 2020.
3.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM CONSELHO Procedimento nº 01780.000.152/2024 — Inquérito Civil Interessados: Município de Terezinha e empresa Mega Mak Transportes e Terraplanagem e Construção Ltda Objeto: apurar irregularidades na locação de caminhão compactador de lixo no município de Terezinha.
4.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01926.000.275/2024 — Inquérito Civil Interessados: Município de Olinda Objeto: apurar suposta omissão administrativa no quantitativo de integrantes da Guarda Civil Municipal de Olinda.
5.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALOÁ Procedimento nº 01703.000.017/2022 — Inquérito Civil Interessados: José Ailton Carlos, Vilma Lúcia Ferreira de Barros Objeto: apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa atribuída ao então Presidente da Câmara Municipal, em razão de alegadas irregularidades no julgamento das contas de governo do Município de Saloá.
6.	25ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.001.596/2021 — Inquérito Civil Interessados: Carlos Henrique Tabosa Pereira da Silva Objeto: apurar, sob a ótica da improbidade administrativa, suposta incompatibilidade de jornadas e acumulação irregular de cargos públicos.
7.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.407/2024 — Inquérito Civil Interessados: Supermercado Extra Caxangá Objeto: apurar irregularidades estruturais, sanitárias e de segurança no estabelecimento comercial.
8.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BENTO DO UNA Procedimento nº 01789.000.077/2024 — Inquérito Civil Interessados: Município de São Bento do Una Objeto: apurar implantação e estruturação dos serviços integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (CAPS) no Município de São Bento do Una.
9.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO Procedimento nº 02318.000.017/2020 — Inquérito Civil Interessados: Elizabete Morais dos Anjos Objeto: apurar notícia de risco de deslizamento de encosta situada no Cabo de

	Santo Agostinho.
10.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.753/2023 — Inquérito Civil Interessados: KM Comércio e Serviços EIRELI ME, Kleber Freire Objeto: apurar supostas irregularidades no processo de contratação de empréstimos consignados.
11.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA Procedimento nº 02302.000.327/2021 — Inquérito Civil Interessados: Município de Ipojuca e Instituto Meu Mundo Mais Verde Objeto: apurar suposta instalação de cercamento irregular em terreno na Praia de Camboa (Gamboa), em Ipojuca/PE.
12.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERTENTES Procedimento nº 01791.000.072/2025 — Procedimento Preparatório Interessados: Prefeitura Municipal das Vertentes Objeto: apurar supostas ilegalidades na gestão da Guarda Civil Municipal de Vertentes/PE.
13.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.065/2025 — Inquérito Civil Interessados: Yes Card Serviços Financeiros Ltda e Luiz Goldner Objeto: apurar irregularidades na exigência de pagamento de valor para emissão e envio de cartão de crédito.
14.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALOÁ Procedimento nº 01703.000.062/2021 — Inquérito Civil Interessados: Município de Paratama Objeto: apurar irregularidades em contratações temporárias realizadas pelo Município de Paratama no exercício de 2017.
15.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02019.000.454/2024 — Inquérito Civil Interessados: Bar da Piscina e Manoel Lopes Dantas Objeto: apurar possível poluição sonora supostamente causada por estabelecimento comercial.
16.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TAMANDARÉ Procedimento nº 01718.000.141/2023 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de Tamandaré Objeto: apurar suposto direcionamento de procedimento licitatório com a finalidade de favorecer empresa.

Nº	Conselheiro (a): Drª. LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA
1.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02019.000.025/2025 — Procedimento Preparatório Interessados: Antônio Marcolino da Silva Araújo - Proprietário Jockey 365 Bar e Restaurante, Victor Cavalcanti de Freitas (Advogado) Objeto: apurar denúncia de poluição sonora supostamente provocada pelo estabelecimento Jockey 365 Bar e Restaurante, localizado na Rua Carlos Gomes, nº 640, bairro do Prado.
2.	18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02782.000.273/2025 — Procedimento Preparatório Interessado: Clube dos Servidores da Sudene (Associação dos Servidores da Sudene) Objeto: apurar indícios de violação do direito à meia-entrada para pessoas idosas em evento público promovido pelo Clube dos Servidores da Sudene
3.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.548/2022 — Inquérito Civil Interessados: ABRAE - Associação Brasileira de Apoio a Micro e Pequenas

	Empresas, Instituto de Protesto de Títulos do Brasil Seção São Paulo – IEPTB/SP Objeto: apurar supostas irregularidades perpetradas pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ABRAE), relativas a indícios de irregularidades na promessa aos consumidores de “limpeza de nome”; através de ações judiciais.
4.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.024/2022 — Inquérito Civil Interessados: Hapvida Assistência Médica LTDA., Maria Tereza de Freitas Ribeiro Objeto: apurar supostas irregularidades perpetradas pela empresa Hapvida Assistência Médica Ltda., relativas à negativa de atendimento cardiológico para paciente com infarto do miocárdio
5.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01876.000.546/2021 — Inquérito Civil Interessados: A & C Lima Incorporadora Ltda, Hamilton Florêncio da Silva, Andrea Luiza Lima Jacinto de Lira, Augusto César Lima Jacinto, Torres e Andrade, COMPESA - AGRESTE Caruaru, AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CARUARU - URB CARUARU, A & C Lima Holding - Surama Rafaela/Samara Kezia Objeto: apurar notícia de ausência de pavimentação na via de acesso ao Loteamento Morada Verde
6.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.593/2022 — Inquérito Civil Interessados: Hospital Esperança Recife, Carla Maria Carvalho de Albuquerque Araújo Objeto: apurar supostas irregularidades perpetradas pelo Hospital Esperança Ltda., relativas à ausência de equipamentos em bloco cirúrgico.
7.	43ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01680.000.067/2020 — Inquérito Civil Interessados: João Bosco de Albuquerque Silva, Aldenora Jarleide de Moraes Pereira de Espíndola Silva, Clodoaldo Magalhães Oliveira Lyra Objeto: investigar, sob a ótica da improbidade administrativa, notícia de enriquecimento ilícito da servidora Aldenora Jarleide de Moraes Pereira de Espíndola Silva, lotada na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, no Gabinete do Deputado Estadual Clodoaldo Magalhães, em face da percepção de vencimentos, no período de fevereiro/2019 a maio/2020, sem comparecer ao expediente, nem desenvolver as atividades inerentes ao cargo de Assessor Especial de Gabinete de Deputado Estadual
8.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02052.000.458/2025 — Inquérito Civil Interessado: Severino José de Sales Junior- Boxes 73 e 74 Objeto: apurar supostas condições higiênico-sanitárias insatisfatórias nos Boxes nº 73 e 74 do Mercado de São José, de responsabilidade do permissionário Severino José de Sales Júnior
9.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.713/2025 — Procedimento Preparatório Interessados: Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, Elizabeth Soares Vaz de Oliveira Objeto: investigar se o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (SASSEPE) tem falhas na prestação de serviços, especificamente a falta de um ortopedista com subespecialidade em tornozelo em sua rede credenciada.
10.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE Procedimento nº 01711.000.102/2022 — Inquérito Civil Interessados: Bruna Suelem Sales Alves, Município de São José da Coroa Grande Objeto: apurar supostas irregularidades em salários de servidores da Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande/PE

11.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA Procedimento nº 01979.000.647/2021 — Inquérito Civil Interessada: Leandra M. da Silva - Escola - ME - Escola Caminhos do Saber Objeto: apurar o funcionamento irregular do estabelecimento LEANDRA M DA SILVA - ESCOLA - ME (Escola Caminhos do Saber), CNPJ n.º 23.952.466/000192, localizado na Rua Igarassu, n.º 524, no bairro do Janga, na cidade do Paulista
12.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02140.000.204/2025 — Procedimento Preparatório Interessado: Amaro Raimundo da Silva Filho Objeto: apurar possíveis irregularidades no atendimento à saúde mental em favor do usuário Fábio Júnior da Silva, 42 anos.
13.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARPINA Procedimento nº 02207.000.092/2024 — Inquérito Civil Interessada: Câmara Municipal de Vereadores de Lagoa do Carro Objeto: apurar o excessivo número de cargos de provimento em comissão em detrimento de cargos de provimento efetivo no âmbito da Câmara de Vereadores de Lagoa do Carro
14.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01872.000.108/2022 — Inquérito Civil Interessados: Empresa Brasileira de Locação e Transporte Ltda, Câmara de Vereadores de Petrolina - Casa Plínio Amorim, Empresa Aja Locadora de Veículos Objeto: apurar possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 01/2018, de Petrolina, promovido pela Câmara de Vereadores cujo objeto era a contratação de serviço de locação de veículos automotores.
15.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JUREMA Procedimento nº 01677.000.010/2024 — Inquérito Civil Interessado: José Haroldo Bonfim de Moraes Objeto: apurar possível prática de nepotismo na nomeação de Letícia Caroline Bezerra Cavalcante de Moraes para o cargo comissionado de Secretário Administrativo, mediante Portaria nº 027/2023, de 02 de janeiro de 2023, considerando ser ela, filha do Presidente da Câmara de Vereadores na época, o Sr. José Haroldo Bonfim de Moraes.
16.	15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02782.000.125/2025 — Procedimento Preparatório Interessada: Prefeitura do Recife Objeto: apurar supostas irregularidades na Prefeitura do Recife relacionadas a discrepância salarial entre enfermeiros e direito a horário de estudo.
17.	25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.001.335/2024 — Inquérito Civil Interessada: Agência Estadual de Tecnologia e Informação Objeto: Apurar a suposta prática nepotismo na contratação da Sra. Idylla Prohaska, contratada da IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA., com a Agência Estadual de Tecnologia e Informação, a qual é casada com o servidor Arlindo Santos, servidor da ATI.
18.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE Procedimento nº 02243.000.227/2025 — Procedimento Preparatório Interessados: M. C. S. do N., Antônia Gardênia da Silva Souza, 1º Cartório de Registro Civil de Jataúba, Luis Felipe Ramos do Nascimento, Lourdes Myrelle Moraes do Nascimento, Jhonnnes Matheus do Nascimento Araújo Objeto: apurar procedimento de Inventário e Partilha Extrajudicial de José Joseano do Nascimento, falecido em 19/10/2020, e tendo em vista o interesse da herdeira menor relativamente capaz, M. C. S. do N.
19.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BENTO DO UNA

	<p>Procedimento nº 01789.000.096/2022 — Inquérito Civil</p> <p>Interessados: Kênnya Manso Oliveira, Município de São Bento do Una</p> <p>Objeto: apurar notícia de animais soltos perambulando pelas vias do Bairro Gildo Valença, zona urbana de São Bento do Una</p>
20.	<p>19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL</p> <p>Procedimento nº 02053.001.180/2024 — Inquérito Civil</p> <p>Interessado: Sandrielle Barbosa da Silva (Mercadinho Bom de Preço)</p> <p>Objeto: apurar supostas irregularidades perpetradas pela empresa Sandrielle Barbosa da Silva (Mercadinho Bom de Preço), relativas às condições higiênicas sanitárias de funcionamento.</p>
21.	<p>2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE</p> <p>Procedimento nº 02412.000.281/2023 — Inquérito Civil</p> <p>Interessados: Sonilda Pereira Morais Jatai, Alexandro de Souza, Ednalva Gomes Barbosa, Telma Castro Oliveira, Secretaria de Serviços Públicos de Santa Cruz do Capibaribe</p> <p>Objeto: apurar notícia de supostos danos causados por raízes de uma árvore (Gameleira) em frente a uma residência, situada na Av. Padre Zuzinha.</p>
22.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GAMELEIRA</p> <p>Procedimento nº 01662.000.033/2022 — Inquérito Civil</p> <p>Interessada: Prefeitura de Gameleira</p> <p>Objeto: acompanhar a efetivação das políticas estadual e nacional de resíduos sólidos no Município de Gameleira</p>
23.	<p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGOA GRANDE</p> <p>Procedimento nº 01681.000.042/2021 — Inquérito Civil</p> <p>Interessados: Secretaria Municipal de Assistência Social de Lagoa Grande, Aleide Batista de Lima, Erisvaldo Rodrigues Damasceno, Rita Glícia Teles Figueiredo, Fabíola de Aquino Cabral Angelim, Bergson Almeida Pereira, Sória Teles Veras de Mesquita Meirelles, Gilda Maria da Cruz, Ivonete Ramos Siqueira, Lidiara de Almeida Campos, Paula Matos Andrade.</p> <p>Objeto: apurar a ausência de regulamentação e o eventual direito à percepção de gratificação por atividade insalubre/perigosa por parte dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lagoa Grande.</p>
24.	<p>1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CATENDE</p> <p>Procedimento nº 02225.000.225/2021 — Inquérito Civil</p> <p>Interessadas: Gracina Maria Ramos Braz da Silva, Alessandra Vieira</p> <p>Objeto: apurar suposto ato de improbidade administrativa por promoção pessoal de agentes políticos.</p>
25.	<p>2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU</p> <p>Procedimento nº 01871.000.003/2024 — Inquérito Civil</p> <p>Interessada: Maria Valbilene Gonçalves</p> <p>Objeto: apurar supostas irregularidades na ordem de convocação de aprovados no Processo Seletivo para o programa “Mãe Coruja”, da Secretaria Estadual de Saúde.</p>
26.	<p>7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL</p> <p>Procedimento nº 02007.000.422/2021 — Inquérito Civil</p> <p>Interessados: Alaor Vargas Júnior; Faculdade de Administração e Direito de Pernambuco (FCAP/UPE).</p> <p>Objeto: Investigar possível discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero no âmbito da FCAP/UPE.</p>
27.	<p>2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU</p> <p>Procedimento nº 01871.000.003/2024 — Inquérito Civil</p> <p>Interessada: Maria Valbilene Gonçalves. Objeto: Apurar supostas irregularidades na ordem de convocação de aprovados no Processo Seletivo para o programa “Mãe Coruja”, da Secretaria Estadual de Saúde.</p>

28.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.119/2025 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Sistema de Saúde dos Militares de Pernambuco – SISMEPE; Rejane de Sá Ribeiro Arruda Objeto: Investigar demora para realização de cateterismo cardíaco e cirurgia cardíaca, colocando o paciente em risco.
29.	36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02011.000.294/2022 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Josinaldo Pereira da Luz; Grande Recife – Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife Ltda. (Consórcio de Transporte Metropolitano). Objeto: Apurar a retirada indevida de abrigo de parada de ônibus e as condições de precariedade (infraestrutura e sinalização) das paradas no corredor exclusivo da Rodovia PE-15.
30.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA Procedimento nº 02302.000.233/2022 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Maria José do Carmo Ramos; Secretaria Municipal de Infraestrutura de Ipojuca. Objeto: Investigar a omissão do Poder Público Municipal quanto à manutenção e limpeza do Canal Montevidéu, localizado no Centro de Ipojuca, e os reflexos na saúde pública e qualidade de vida da população.
31.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.872/2022 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Manuela Oliveira Costa; Ser Educacional S.A. - UNINASSAU Objeto: Indícios de que na contratação de curso de MBA em Auditoria e Controladoria (EAD Remoto Ao vivo), a UNINASSAU não forneceu acesso às aulas online a reclamante, não respondendo às tentativas de contato e continuando com as cobranças normalmente.
32.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARCOVERDE Procedimento nº 02291.000.360/2022 — Inquérito Civil Interessado/a (s): Município de Arcoverde; Gilmar Barbosa dos Santos. Objeto: Apurar suposta omissão do Poder Público Municipal quanto ao elevado número de cães soltos na Rua James Pacheco, Bairro São Geraldo, Arcoverde/PE, e os riscos à integridade física de transeuntes.

Nº	Conselheiro (a): Dr. EDSON JOSÉ GUERRA
1.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.000.625/2020 — Inquérito Civil Interessados: Niedja Carine Cavalcanti Azevedo Objeto: situação de violação de direitos de pessoa idosa.
2.	35ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.000.681/2025 — Procedimento Preparatório Interessados: Edifício Iemanjá Objeto: possível ausência de Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)
3.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA Procedimento nº 02302.000.607/2023 — Inquérito Civil Interessados: Município de Ipojuca (SEMAC) e Superintendência do Patrimônio da União (SPU) Objeto: possível construção e cercamento em área de beira-mar com suposta obstrução de acesso à Praia de Toquinho (Serrambi).
4.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA Procedimento nº 02302.000.248/2025 — Procedimento Preparatório Interessados: Hasa Empreendimentos Ltda. Objeto: possíveis irregularidades urbanísticas e riscos à segurança na construção do

	empreendimento “Quattro Smart Flats” em Porto de Galinhas.
5.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GAMELEIRA Procedimento nº 01662.000.025/2022 — Inquérito Civil Interessados: Câmara Municipal de Gameleira Objeto: supostas contratações temporárias irregulares nos exercícios de 2013 e 2014.
6.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.315/2021 — Inquérito Civil Interessados: Rede Hapvida (Hospital Ilha do Leite) Objeto: possível negligência médica, mau atendimento e irregularidades sanitárias
7.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.490/2023 — Inquérito Civil Interessados: Construtora Campos Gouveia Incorporação Objeto: irregularidades na comercialização de imóveis em desacordo com a Lei n.º 4.591/64.
8.	28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02824.000.053/2025 — Inquérito Civil Interessados: EREM Professor Fernando Mota e SEE/PE. Objeto: possíveis irregularidades envolvendo a merenda escolar.
9.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02782.000.087/2025 — Inquérito Civil Interessados: Instituto Educacional Naara França Ltda. Objeto: supostas irregularidades sanitárias em estabelecimento de ensino.
10.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VICÊNCIA Procedimento nº 01728.000.022/2023 — Inquérito Civil Interessados: Alessandra Oliveira da Silva, Conselho Tutelar e CREAS Objeto: supostas violações de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade
11.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.197/2023 — Inquérito Civil Interessados: Bortoletto Cosméticos (Bortoletto Perfumaria Ltda) Objeto: suposta prática de pirâmide financeira
12.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAMARACÁ Procedimento nº 01669.000.313/2021 — Inquérito Civil Interessados: Município de Ilha de Itamaracá Objeto: suposta existência de “servidores fantasmas” e irregularidades na gestão de pessoal.
13.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA Procedimento nº 02296.000.025/2025 — Procedimento Preparatório Interessados: SEMAC Ipojuca e Empreendimentos Plage Premier Suites e Porto 2 Residencial Gav Resort Objeto: potenciais atividades ilícitas nos licenciamentos ambientais e urbanísticos.
14.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento nº 01536.000.038/2021 — Inquérito Civil Interessados: Município de Amaraji, Aline de Andrade Gouveia, José Gabriel e José Rafael Sotero Gouveia. Objeto: supostas irregularidades na locação de imóvel para a Secretaria de Cultura e Ouvidoria.
15.	14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.000.378/2023 — Inquérito Civil Interessados: URB Recife e B&C Engenheiros Consultores Ltda Objeto: supostas irregularidades na gestão e execução das obras da Ponte Semiperimetral sobre o Rio Capibaribe.
16.	27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL

	<p>Procedimento nº 01998.000.513/2025 — Procedimento Preparatório</p> <p>Interessados: Secretaria de Administração (SAD), Secretaria de Defesa Social (SDS) e candidatos do Concurso PMPE</p> <p>Objeto: suposto descumprimento da Lei Orgânica da PMPE quanto à matrícula de cadetes.</p>
17.	<p>1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE</p> <p>Procedimento nº 02243.000.544/2024 — Inquérito Civil</p> <p>Interessados: H.E.A.D.S. e UPA de Santa Cruz do Capibaribe</p> <p>Objeto: apurar as circunstâncias do óbito de infante e possível falha no atendimento</p>
18.	<p>17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL</p> <p>Procedimento nº 02053.000.283/2021 — Inquérito Civil</p> <p>Interessados: Banco Itaú Consignado S.A. e Maria Alves da Silva</p> <p>Objeto: indícios de irregularidades em descontos de empréstimos consignados</p>
19.	<p>19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL</p> <p>Procedimento nº 02053.001.771/2022 — Inquérito Civil</p> <p>Interessados: Amorim Tecnologia Ltda (Amorim Net) e Eduardo da Luz de Amorim</p> <p>Objeto: suposta atuação irregular e ilegal como provedor de internet.</p>
20.	<p>3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA</p> <p>Procedimento nº 02302.000.308/2023 — Inquérito Civil</p> <p>Interessados: Complexo Industrial Portuário de SUAPE e Moradores do Engenho Penderama.</p> <p>Objeto: supostas restrições a reformas, plantio de subsistência e aterro irregular no Rio Bitá.</p>